



CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO – EDITAL N° 001/2015

ANEXO II - PROGRAMA DAS PROVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional nº 88, de 07 de maio de 2015; Atos das Disposições Constitucionais Transitórias; Súmulas STF; Constituição: conceito e conteúdo. Poder Constituinte Original e Derivado. Eficácia, aplicação e integração das normas constitucionais; Leis Complementares à Constituição; Controle de constitucionalidade das leis. Não cumprimento de leis inconstitucionais; Controle jurisdicional: sistema difuso e concentrado. Controle de Constitucionalidade das Leis Municipais; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Direitos e garantias individuais; Remédios Constitucionais: Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Ação Popular, Direito de Petição, Mandado de Injunção e Habeas Data; Separação de poderes; Delegação. Poder Legislativo: composição e atribuições. Poder Executivo: composição e atribuições. Poder Judiciário: composição e atribuições; Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios; Descentralização e Cooperação administrativa na Federação Brasileira: territórios federais, regiões de desenvolvimento, regiões metropolitanas; Princípios e normas referentes à Administração Direta e Indireta; Posição do Município na Federação Brasileira; Criação e Organização dos Municípios; Autonomia Municipal: Leis Orgânicas Municipais e Intervenção nos Municípios; Regime jurídico dos servidores públicos civis; Princípios constitucionais do orçamento. Bases e valores da ordem econômica e financeira. Ordem Social. Seguridade social; O Município e o direito à saúde, assistência social e educação; Advocacia pública. Intervenção; Repartição de Competência; Recursos Excepcionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios Constitucionais do Direito Administrativo; Controle Interno e Externo da Administração Pública; Administração Pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público; Responsabilidade dos Prefeitos Municipais; Administração Indireta: conceito; Autarquias, Associações Públicas, Empresas Públicas, Fundações Públicas e Sociedades de Economia Mista; Consórcio. Controle da Administração Indireta; Poderes administrativos; Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, espécies; Discricionariedade e Vinculação; Abuso e desvio de poder. Ato administrativo punitivo; Ato administrativo: anulação, revisão e revogação; Controle jurisdicional; Procedimento Administrativo: conceito, princípios, pressupostos, objetivos; Contratos administrativos: conceito, espécies, disposições peculiares. Cláusulas necessárias. Inadimplemento. Rescisão. Anulação. Convênios. Licitação: natureza jurídica, finalidades, espécies. Dispensa e Inexigibilidade. Parceria Público-Privada. Serviço Público: conceito, classificação. Concessão, Permissão e Autorização; Agentes Públicos; Servidores Públicos: conceito, categorias, direitos e deveres; Cargo, Emprego e Função: normas constitucionais, provimento, vacância; Responsabilidades dos Agentes Públicos: civil, administrativa e criminal; Processo administrativo disciplinar; Regime Previdenciário do Servidor Público; Concurso



Público; Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, Concessão, Permissão e Autorização de Uso; Desafetação e Alienação. Desapropriação: conceito. Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Indenização. Desapropriação Indireta; Limitações administrativas; Função social da propriedade. Responsabilidade Extracontratual do Estado; Responsabilidade pelos atos danosos praticados pelos agentes públicos; Responsabilidade pela omissão ou deficiência de serviço; Excludentes de responsabilidade; Responsabilidade Civil Pessoal dos Agentes Públicos; Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92); Tombamento; Agências Reguladoras; Autarquias especiais; Fundações; Terceirização do serviço público; Ato Administrativo: Anulação, Revisão, Revogação e Convalidação; Lei nº 8666/1993 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Previdência Social na Constituição Federal. Noções gerais. Princípios. Regime Geral (Lei Federal nº.8.212/90 e Lei Federal nº 8.213/1991); Regime próprio de Previdência na Constituição Federal; Regras para organização e funcionamento dos Regimes Próprios (Lei nº 9.717/1998 e Lei nº.10887/2004); Compensação Previdenciária (Lei nº 9796/99); Constituição Federal de 1988, EC nº. 20/98, EC. nº.41/2003; EC. nº. 47/2005 e EC nº. 70/2012.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Direito Objetivo. Normas Jurídicas. Fontes de Direito. Vigência, Hierarquia, Revogação e Interpretação das Leis. Conflito Intertemporal e Interespacial de leis; Relações entre a Constituição e o Código Civil; As pessoas como sujeito da relação jurídica: conceito e classificação. Pessoas Naturais. Pessoas Jurídicas. Registro Civil. Domicílio e Residência; Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, Patrimônio e Esfera Jurídica. diferentes classes de bem; Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Ilícitos; Prescrição e Decadência; Prova; Obrigações. Modalidades das Obrigações. Transmissão das Obrigações. Adimplemento e Extinção das Obrigações. Inadimplemento das Obrigações. Obrigações por Atos Ilícitos; Contratos em geral. Várias espécies de contrato. Atos Unilaterais; Direito de Empresa. Empresário. Sociedade. Sociedades Personificadas e Não-Personificadas. Estabelecimento. Institutos Complementares. Direito das Coisas; Posse: conceito, noções, gerais e classificação. Teorias acerca da natureza jurídica da Posse. Aquisição e Perda. Efeitos da Posse. Direitos Reais; Propriedade. Restrições ao Uso da Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do Promitente Comprador. Penhor, Anticrese e Hipoteca. Desapropriação: Modalidades, Fundamentos. Desapropriação urbanística. Desapropriação sancionatória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Princípios Constitucionais e Gerais de Processo Civil. O Processo Civil nos Sistemas de Controle da Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo; Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Declaração Incidental de Inconstitucionalidade; Intervenção Federal e Estadual; Sequestro de renda; Jurisdição. Jurisdição Contenciosa e Voluntária; Competência: conceito, espécies e critérios de determinação da competência. Modificações da Competência. Declaração e conflitos de competência; Atos processuais: classificação, forma, tempo, lugar, prazo, comunicação e nulidades; As Pessoas Jurídicas de Direito Público no Processo Civil. Especificidades; Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo



de Conhecimento. Procedimentos e suas espécies; Antecipação da Tutela de Mérito. Tutelas de Urgência; Petição inicial. Resposta do réu. Contestação. Reconvenção e Exceções. Impugnação ao valor da causa. Revelia e seus efeitos. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros. Julgamento conforme o estado do processo. Provas; Noções Gerais, sistema, espécies, produção. Audiência. Sentença e Coisa Julgada. Ação Rescisória. Recursos. Noções gerais, princípios, espécies. Recurso Adesivo. Recursos Regimentais. Recurso Extraordinário e Repercussão Geral; O processo nos tribunais. Uniformização de Jurisprudência. Súmula Vinculante. Liquidação da Sentença. Execução. Espécies. Cumprimento de Sentença. Impugnação ao cumprimento de Sentença. Embargos do Devedor. Penhora. Expropriação: Adjudicação, Alienação por iniciativa particular, Hasta Pública, Usufruto de Bem Móvel ou Imóvel. Exceção de Pré-Executividade. Execução contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público. Precatórios. Cautelar. Princípios. Poder Geral de cautela. Procedimentos cautelares específicos. Ações Petitórias e Possessórias. Nunciação de Obra Nova e Demolição; Embargos de Terceiros. Ação de Usucapião; Retificação de área, divisão, retificação de registro imobiliário. Ação de Desapropriação. Mandado de Segurança Individual e Coletivo; Mandado de Injunção; Habeas Data; Ação Popular. Ação Civil Pública; Ação Monitória; Ação Declaratória; Ação Declaratória Incidental. Execução Fiscal: Lei Federal n.º 6.830/80.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

DIREITO FINANCEIRO: Conceito e objeto. Competência Legislativa: normas gerais e específicas. Lei nº 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00). Orçamento Público: conceito e natureza jurídica. Orçamento participativo. Princípios orçamentários. Regime constitucional: Finanças Públicas. Vedações constitucionais em matéria orçamentária. Normas gerais de Direito Financeiro. Processo orçamentário: calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, metas técnicas e instrução do orçamento público. Leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. Créditos adicionais. Processo legislativo orçamentário. Exercício financeiro. Receita pública: conceito, classificações e espécies. Entrada e receita. Estágios, dívida ativa. Receitas creditícias. Repartição constitucional de receitas tributárias (receitas transferidas constitucionais). Renúncia. Teoria dos preços. Movimentos de caixa. Espécies Tributárias: Imposto. Taxa. Empréstimos compulsórios. Contribuição de melhoria. Preço. Contribuições especiais. Despesa pública: conceito, classificação e espécies. Estágios da despesa: empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento. Controle das despesas. Regime contábil da despesa. Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Programação financeira. Precatórios judiciais. Crédito público: natureza jurídica, disciplina constitucional dos créditos e empréstimos públicos; classificação dos créditos públicos; Técnica do crédito público. Regime constitucional da dívida pública brasileira; dívida pública fundada, consolidada e mobiliária. Controle, fiscalização e prestação de contas. Extinção. Execução. Garantias. Operações de crédito. Competências constitucionais sobre dívida pública. Fiscalização financeira e orçamentária. Controle externo: Poder Legislativo e Tribunais de Contas. Controle Interno.

DIREITO TRIBUTÁRIO: Conceito de tributo. Espécies de tributos. Natureza jurídica específica dos tributos. Sistema Constitucional Tributário. Princípios Constitucionais Tributários. Competência Tributária. Imunidades. Fontes do Direito tributário. Legislação Tributária: vigência, aplicação, integração e



interpretação. Obrigação Tributária: Classificação. Fato gerador: Hipótese de incidência e seus aspectos e fato imponible. Capacidade tributária ativa e passiva. Sujeição passiva tributária: contribuinte; responsável tributário. Responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e pessoal. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. Crédito tributário. Lançamento e suas modalidades. Revisão do lançamento. Suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios. Preferências e cobrança em falência. Responsabilidade dos sócios em sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Alienação de bens em fraude à Fazenda Pública. Administração Tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário: execução fiscal; Ação Anulatória de Débito Fiscal; Ação de Repetição de Indébito; Ação de Consignação em Pagamento; Ação Declaratória; Medida Cautelar Fiscal; Mandado de Segurança. Lei nº 11.101/2005 (Recuperação Judicial/Falências). Tributos de Competência Municipal: fato gerador, base de cálculo e sujeitos passivos. IPTU. ISS. ITBI. Taxas Municipais. Contribuições Municipais. Repartição Constitucional de Receitas Tributárias. Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro 1990 define os crimes contra a Ordem Tributária Econômica e contra as relações de consumo, com suas alterações;

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO: Contrato individual do trabalho: Conceito; Elementos essenciais para sua formação; Relação jurídica dele derivada; Obrigações decorrentes do contrato; Rescisão; Nulidade; As partes do contrato individual de trabalho. Empregados na Administração Pública. Sucessão de empregadores. Poder disciplinar. Contrato individual de trabalho por prazo indeterminado e por prazo determinado. Trabalho temporário. Alteração de contrato. Suspensão e Interrupção. Extinção do contrato individual de trabalho. Justa Causa. Falta grave. Estabilidade absoluta e garantia do emprego. Estabilidade temporária. Aviso prévio. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Salário e Remuneração: Salário Mínimo; Salário contratual; Salário profissional; Salário normativo; Ajudas de custo; Gratificação de Natal; Vale transporte. Proteção de salário. Equiparação salarial. Duração do trabalho: Jornada normal e trabalho extraordinário; Duração semanal do trabalho; Trabalho Noturno; Trabalho por turnos; Descanso Semanal Remunerado. Férias anuais. Segurança e medicina do trabalho. Adicional de Insalubridade. Adicional de Periculosidade. Responsabilidade da Administração Pública Solidária e Subsidiária.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Competência da Justiça do Trabalho. Jurisdição e Competência dos Órgãos da Justiça do Trabalho. Processo e Procedimento nos Dissídios Individuais e Coletivos de Trabalho: Reclamação Trabalhista; Contestação; Embargos; Prazos; Custas; Exceções; Nulidade; Recursos; Execução; Prescrição. Privilégios da Fazenda Pública. Aplicação subsidiária do CPC e da LEF (Lei 6830/80). Processo e Procedimento nos Dissídios Coletivos: Competência para processá-los e julgá-los. Efeitos da Sentença Normativa na Administração. Coisa Julgada Formal e Material na Sentença Trabalhista. Acordos. Ação Rescisória. Ação Anulatória. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Medidas Cautelares e demais Ações cabíveis. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.



DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

DIREITO URBANÍSTICO: Teoria Geral do Direito Urbanístico. Princípios de Direito Urbanístico. Cartas de Atenas. Direito Urbanístico na Constituição Federal; Estatuto da Cidade - Lei Federal n.º 10.257/01; Instrumentos de Política Urbana. Instrumentos tradicionais de intervenção do Estado na propriedade. Novos instrumentos de intervenção do Estado na propriedade. Carta de Embu. Direito de moradia. Parcelamento do solo urbano – Lei Federal n.º 6.766/79. Regularização fundiária. Regularização Fundiária e o PMCMV (Programa minha casa, minha vida), com suas alterações - Lei n.º 11.977, de 07 de julho de 2009; Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida - Lei Federal n.º 10.098/08. Estatuto da Metrópole.

DIREITO AMBIENTAL: Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Goiás. Proteção da vegetação nativa e política florestal (Lei n. 12.651/12); Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; Competências legislativas relacionadas ao Direito Ambiental; Competências administrativas relacionadas ao meio ambiente (Lei Complementar Federal n. 140 de 08/12/2011; Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81 e alterações posteriores). Do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: estrutura e competências administrativas. Do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente; Estudo de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental (EIA/RIMA). Resoluções CONAMA n.º 09/87 e n.º 237/97; Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010; Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Estadual n. 14.248/2002); Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n.º 9.985/00); Responsabilidade ambiental; Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro; Crimes ambientais (Lei n.º 9.605/98 e alterações posteriores); Preservação do Meio Ambiente Cultural. Instrumentos de Proteção: Tombamento, registro, inventário, vigilância, desapropriação; Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007); Proteção da vegetação, reserva legal e áreas de preservação permanente; Manejo florestal sustentável na Região Amazônica. Concessão Florestal (Lei n.º 11.284/06); Proteção das águas. Lei de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/97). Padrões de qualidade das águas. Infrações administrativas (Decreto Federal n.º 6.514/2008 e alterações posteriores); Cerrado Brasileiro – noções gerais de suas características, riscos ambientais e preservação. Código Florestal - Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

DIREITO ELEITORAL

DIREITO ELEITORAL: Direitos Fundamentais e Direitos Políticos; Direito Eleitoral: origens, conceito e princípios; Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral) e alterações posteriores; Organização da justiça eleitoral: composição e competências; Capacidade e alistamento eleitoral; Lei n. 4.737/1965 e alterações. Lei n. 6.996/1982 e alterações. Lei n.º 7.444/1985. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) n. 21.538/2003. 6. Domicílio eleitoral; Elegibilidade. Conceito e condições. Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores. (Inelegibilidade). Fatos geradores de inelegibilidade. Incompatibilidades, prazos e suspensão por



decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade; Impugnação de registro de candidatura; Competência, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores; Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei n. 9.096/1995 e alterações posteriores) Resolução (TSE) n. 22.610/2007; Eleições (Código Eleitoral, Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores). Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional. Coligações; Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores; Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções; Prestação de contas de campanha; Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores). Direito de resposta. Condutas vedadas em campanhas eleitorais; Eleições. Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores; Das Condutas Vedadas a Agentes Públicos (Lei 9.504/97 - Lei das Eleições - art. 73 a 78). Elegibilidade: Conceito e Condições. Inelegibilidade: Conceito, fatos geradores de inelegibilidade e desincompatibilização (Lei Complementar nº 064/90 com as alterações da Lei Complementar nº 135/2010 - Lei da Ficha Limpa).

DIREITO IMOBILIÁRIO

DIREITO IMOBILIÁRIO Teoria Geral do Direito Imobiliário. Aquisição e registro de imóveis. Contrato e promessa de compra e venda de imóveis. Incorporação Imobiliária. Condomínio. Parcelamento do solo. Locação predial. Leasing imobiliário. Posse: Aspectos gerais e efeitos. Teorias sobre a posse. Espécies de posse. Reintegração de posse. Manutenção de posse. Interdito proibitório. Exceção do domínio. Locação de imóveis urbanos: Contrato de locação. Garantias da locação. Ação de Despejo. Ação Renovatória. Ação Revisional de aluguéis. Consignação de aluguéis. Propriedade e direitos reais: Direitos reais. Propriedade. Atributos da propriedade. Características da propriedade - a função social e a propriedade plena e limitada.

PROCESSO ELETRÔNICO

PROCESSO ELETRÔNICO Poder Judiciário e modernização da justiça; Processo digital e fluxos de informação; Certificação Digital; Infraestrutura Brasileira de Chaves Públicas – ICP/Brasil; Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999; Lei nº 10.259, de 12 de junho de 2001; Lei nº 10.358, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006; Lei nº 11.341, de 7 de agosto de 2006; Lei n. 11.382, de 6 de dezembro de 2006; Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; Informatização do processo judicial. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 (dispõe sobre a informatização do processo judicial); Lei 12.682, de 9 de junho de 2012; Resolução nº 121/2012 do CNJ; Resolução CNJ nº 185 de 18/12/2013 (institui o PJe como sistema de processamento e prática de atos processuais, sua implementação e funcionamento).

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL Lei Orgânica do Município de Goiânia/1990, atualizada até a Emenda à Lei Orgânica n.º 059/2014; Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia - Lei Complementar n.º 011/1992, com suas alterações; Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia – Lei Municipal n.º. 8095/2002 e alterações dadas pela Lei n.º 8.347/2005; Código Tributário do Município – Lei 5.040/1975, atualizado a partir da Consolidação da Legislação Tributária Municipal, publicada no D.O.M. n.º. 1667 de 28/05/1996 até a Lei Complementar n.º. 278 de 21/07/2015; Plano Diretor - Lei Complementar Municipal n.º 171/2007; Vazios Urbanos - Lei Complementar n.º.181/08; Estudo de Impacto de Trânsito/EIT – Lei Municipal n.º .8.645/08. Estudo de Impacto de Vizinhança/EIV- Lei Municipal n.º.8.646/08. Conjuntos Residenciais - Lei Municipal n.º.8760/09. Transferência do Direito de Construir/ TDC - Lei Municipal n.º.8761/09. Código de Obras e Edificações – Lei Complementar Municipal n.º.177/08. Acesso e circulação de deficientes físicos, em edificações que compreendam atendimento, circulação pública ou coletiva - Lei Municipal n.º 6.673/88. Uso do Solo Lei dos Parâmetros Urbanísticos - Lei Municipal n.º.8.617/08. Outorga Onerosa – Lei Municipal n.º. 8618/08. Loteamentos Urbanos e Remanejamento - Lei Municipal n.º. 4.526/72. Área Especial de Interesse Social/AEIS- Lei Municipal n.º. 8834/09. Conjuntos Residenciais - Lei Municipal n.º.8760/09. Projeto Diferenciado de Urbanização/PDU - Lei Municipal n.º. 8767/09; Sistema de Registro de Preços nas compras, obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional e das Sociedades de Economia Mista do Município de Goiânia - Lei Municipal n.º 9.525/2014; Plano de Carreira e Vencimentos do Cargo de Procurador do Município - Lei Complementar n. 262/2014 e suas alterações; Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal e novo modelo de gestão - Lei Complementar n.º 276/2015.

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE GOIÂNIA E ESTADO DE GOIÁS

A população goiana: povoamento, movimentos migratórios, densidade e distribuição demográfica. História política de Goiás: a independência em Goiás; as oligarquias e o Coronelismo na República Velha; a Revolução de 1930; dinâmica política regional (partidos e movimentos sociais); Ditadura Militar em Goiás e a transição democrática; a política de 1930 até os dias atuais. Aspectos físicos do território goiano: hidrografia, clima, relevo e vegetação. Patrimônio natural, histórico, cultural e religioso de Goiás: as festas religiosas; o patrimônio natural, histórico, cultural e o turismo. Formação econômica de Goiás: as bandeiras e a exploração do ouro; a agricultura e a pecuária nos séculos XIX e XX; a estrada de ferro e a modernização da economia goiana; a construção de Goiânia; industrialização, infraestrutura e planejamento.

Fontes para Pesquisa da Legislação:

<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>

<<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/5364/legislacao>>

<<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=775>>

<<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=775&m=2068>>